

Associação Brasileira de Bancos

Demonstrações Contábeis acompanhadas do  
Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2016

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015	11

# Relatório dos auditores independentes

**Grant Thornton Auditores Independentes**  
Av. Luís Carlos Berrini, 105 – 12º andar  
Vila Olímpia | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos:  
Conselheiros e Diretores  
**ABBC – Associação Brasileira de Bancos**  
São Paulo – SP

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da ABBC - Associação Brasileira de Bancos (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABBC – Associação Brasileira de Bancos em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

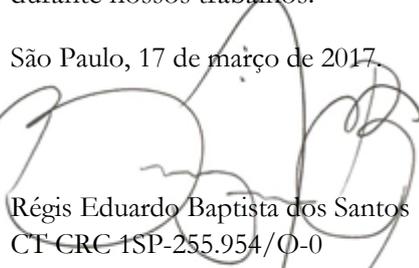
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2017.



Régis Eduardo Baptista dos Santos  
CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

## ABBC - Associação Brasileira de Bancos

### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	<b>Notas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	33.753.171	25.870.613
Contas a receber	4	2.242.993	2.345.944
Outros ativos	-	66.671	135.743
Despesas antecipadas	5	303.148	268.838
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>36.365.983</b>	<b>28.621.138</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos judiciais	10	422.792	553.072
Outras contas a receber	-	-	14.526
Imobilizado	6	1.576.588	907.396
Intangível	7	1.309.908	1.247.799
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.309.288</b>	<b>2.722.793</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>39.675.271</b>	<b>31.343.931</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## ABBC - Associação Brasileira de Bancos

### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2016	2015
<b>Passivo circulante</b>			
Contas a pagar	-	840.350	614.924
Encargos sociais a recolher	8	273.867	384.562
Provisão para férias	-	888.656	913.520
Impostos a recolher	-	415.007	382.363
Outras obrigações	9	343.354	398.387
<b>Total do passivo circulante</b>		2.761.234	2.693.756
<b>Passivo circulante</b>			
Provisão para contingências	10	2.110.151	2.251.115
<b>Total do passivo circulante</b>		2.110.151	2.251.115
<b>Patrimônio líquido</b>	11		
Patrimônio social	-	22.661.891	19.433.646
Fundo de reserva	-	3.737.169	-
Superávit do exercício	-	8.404.826	6.965.414
<b>Total do patrimônio líquido</b>		34.803.886	26.399.060
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		39.675.271	31.343.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## ABBC - Associação Brasileira de Bancos

### Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	Notas	2016	2015
<b>Receitas operacionais</b>			
Serviços prestados	-	28.122.203	26.328.692
Contribuições de associados	-	3.219.062	3.124.663
Financeiras	-	3.403.075	2.407.266
Outras	-	99.262	120.713
<b>Total de receitas operacionais</b>		34.843.602	31.981.334
<b>Despesas operacionais</b>			
Impostos sobre receitas	-	(2.250.277)	(2.106.763)
Serviços de terceiros	-	(5.327.897)	(5.007.830)
Salários e ordenados	-	(5.283.388)	(5.091.903)
Encargos sociais	-	(2.354.263)	(2.009.763)
Férias e 13º salário	-	(1.110.944)	(1.058.332)
Outras despesas com pessoal	-	(2.323.543)	(2.262.449)
Participação a empregados	-	(757.065)	(615.802)
Administrativas e de manutenção	-	(3.000.241)	(2.871.299)
Depreciações e amortizações	6/7	(2.499.658)	(2.294.111)
Financeiras e tributárias	-	(92.867)	(54.027)
Com ocupação	-	(1.438.633)	(1.643.641)
<b>Total de despesas operacionais</b>		(26.438.776)	(25.015.920)
<b>Superávit do exercício</b>		8.404.826	6.965.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## ABBC - Associação Brasileira de Bancos

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	Notas	Patrimônio Social	Fundo de reserva	Superávit Acumulado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)</b>		15.184.064	-	4.249.582	19.433.646
Incorporação do superávit acumulado ao patrimônio social		4.249.582	-	(4.249.582)	-
Superávit do exercício		-	-	6.965.414	6.965.414
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		19.433.646	-	6.965.414	26.399.060
Constituição de reserva para oscilação de processamento da compensação do ano de 2015		-	3.737.169	(3.737.169)	-
Incorporação do superávit acumulado ao patrimônio social		3.228.245	-	(3.228.245)	-
Superávit do exercício		-	-	8.404.826	8.404.826
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		22.661.891	3.737.169	8.404.826	34.803.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**ABBC - Associação Brasileira de Bancos**  
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método indireto)**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	8.404.826	6.965.414
<b>Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	2.499.658	2.294.111
Contingências	(140.964)	277.144
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber	102.951	(244.585)
Outros ativos	69.072	32.627
Despesas antecipadas	(34.310)	(108.985)
Depósitos judiciais	130.280	(149.049)
Outras contas a receber	14.526	(7.698)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
Contas a pagar	225.426	(67.788)
Encargos sociais a recolher	(110.695)	166.279
Provisão para férias	(24.864)	169.439
Impostos a recolher	32.644	38.687
Outras obrigações	(55.033)	125.902
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>11.113.517</u>	<u>9.491.498</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Imobilizado e intangível	(3.230.959)	(791.489)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(3.230.959)</u>	<u>(791.489)</u>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>7.882.558</u>	<u>8.700.009</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.870.613	17.170.604
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	33.753.171	25.870.613
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>7.882.558</u>	<u>8.700.009</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **1. Contexto Operacional**

A ABBC - Associação Brasileira de Bancos (“Associação”) é uma entidade sem fins lucrativos, estando com seus direitos preservados nos termos da Lei nº 9.430/96, e tem como objetivos:

- (a) Representar os Associados perante órgãos públicos da administração direta ou indireta e entidades privadas;
- (b) Defender os interesses dos Associados administrativa ou judicialmente, inclusive ajuizando ações e mandados de segurança coletivos;
- (c) Interagir com as autoridades e com as instituições no sentido de elaborar e/ou aperfeiçoar o sistema regulatório;
- (d) Desenvolver iniciativas e apresentar proposições objetivando incrementar a produtividade do sistema financeiro e reduzir os níveis de risco;
- (e) Estudar e opinar, estabelecendo diretrizes de orientação, sobre as questões e os problemas que afetem os interesses das instituições financeiras, e, especialmente, de seus Associados;
- (f) Cuidar da eficiência da intermediação financeira, ampliando sua contribuição para a sociedade, desenvolvendo meios e formas que sirvam para ampliar o acesso da população a produtos e serviços financeiros;
- (g) Transmitir à sociedade, através da mídia, o papel do sistema financeiro e sua contribuição para o desenvolvimento econômico sustentado, e social do País, bem como, divulgar opinião sobre temas de interesse dos Associados e da sociedade;
- (h) Discutir e debater os problemas conjunturais e econômicos que afetem os interesses do sistema financeiro, e, em especial, dos seus Associados, elaborando estudos e notas técnicas relativas às proposições normativas em curso nos órgãos reguladores e no Congresso Nacional;
- (i) Coordenar análises, pesquisas e ações que objetivem a melhoria da imagem do sistema financeiro, do atendimento ao público, e das relações com os consumidores, realizando a implantação e a gestão de normas e procedimentos de auto regulação;

- (j) Promover palestras sobre temas de interesse dos Associados e do sistema financeiro; realizar cursos e treinamentos visando à capacitação dos Associados e/ou de terceiros que com eles se relacionem, e quando necessário, certificando-os, na forma da legislação, bem como, realizar, patrocinar e apoiar eventos de interesse dos Associados e da sociedade;
- (k) Criar e/ou gerir e/ou administrar entidades ou organizações que congreguem, no todo ou em parte, os Associados;
- (l) Prestar, podendo contratar terceiros, atividades e/ou serviços de interesse dos Associados ou de não associados.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o superávit do exercício é igual ao superávit abrangente total.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 17 de março de 2017.

### **2.1. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002"), combinada com a NBC TG 1000 (R1) ("CPC PME") - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Essas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

### **Renúncia fiscal**

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

- Imposto de renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), exceto sobre as receitas financeiras;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exceto para os serviços de compensação, cursos e treinamentos;
- PIS sobre as receitas, havendo incidência do PIS sobre folha de pagamento;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias, exceto para os serviços de compensação, cursos e treinamentos.

### **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

### **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com cláusula de resgate imediato, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **2.4. Ativos financeiros**

#### **2.4.1. Classificação e mensuração**

A Administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### **(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

##### **(b) Recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes).

#### **2.4.2. Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Associação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Associação avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

## **2.5. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, como mencionadas na Nota Explicativa nº 6.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado, quando ocorridos.

## **2.6. Intangíveis**

As licenças de *software* são contabilizadas com base nos custos incorridos para que eles estejam prontos para ser utilizados.

A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota Explicativa nº 7.

## **2.7. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado**

Os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2016 não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## **2.8. Contas a pagar**

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

## **2.9. Demais passivos circulantes**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

## 2.10. Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no período de sua competência.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e Bancos	5.989	6.242
<b>Aplicações financeiras</b>		
Certificados de Depósito Bancário - Banco Santander	24.895.965	25.648.167
Operações Compromissadas de Renda Fixa - Banco Santander	8.740.535	-
Renda Fixa Automática - Banco Santander	16.924	129.236
Renda Fixa Automática - Banco do Brasil	49.634	46.038
Título de Capitalização em Caução de Locações – Sul América	43.873	40.657
Cotas de Fundos de Renda Fixa - Banco Santander	-	41
Conta de Poupança – Caixa Econômica Federal	251	232
	<b>33.753.171</b>	<b>25.870.613</b>

As aplicações financeiras são resgatáveis a qualquer momento e servem de lastro aos compromissos recorrentes da Associação.

A provisão para imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos provenientes das aplicações financeiras no montante de R\$ 1.017.531 (R\$ 667.403 em 2015), foi registrada no resultado do exercício por constituir tributação exclusiva na fonte.

## 4. Contas a receber

	2016	2015
Contas a receber de serviços de compensação	2.220.281	2.298.236
Cursos a receber	19.209	42.238
Mensalidades a receber	20.326	19.798
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.823)	(14.328)
	<b>2.242.993</b>	<b>2.345.944</b>

## 5. Despesas antecipadas

	2016	2015
Despesas a apropriar	101.410	67.336
Projetos e suportes a apropriar	201.738	201.502
	<b>303.148</b>	<b>268.838</b>

## 6. Imobilizado

	% – Taxa anual de depreciação	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e Equipamentos	10%	108.931	(50.260)	58.671	58.235
Móveis e Utensílios	10%	510.955	(345.310)	165.645	152.223
Computadores	20%	2.791.153	(1.887.474)	903.679	310.867
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	655.757	(210.642)	445.115	126.675
Site de contingência	33%	258.626	(258.626)	-	258.626
Outras Imobilizações	20%	18.125	(14.647)	3.478	770
		<b>4.343.547</b>	<b>(2.766.959)</b>	<b>1.576.588</b>	<b>907.396</b>

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida no ano de 2016 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2016
Máquinas e equipamentos	58.235	8.658	-	(8.222)	58.671
Móveis e utensílios	152.223	43.300	-	(29.878)	165.645
Computadores	310.867	929.433	-	(336.621)	903.679
Benfeitorias em imóveis de terceiros	126.675	404.870	-	(86.430)	445.115
Site de contingência	258.626	-	-	(258.626)	-
Outras imobilizações	770	3.215	-	(507)	3.478
	<b>907.396</b>	<b>1.389.476</b>	-	<b>(720.284)</b>	<b>1.576.588</b>

## 7. Intangível

	% – Taxa anual de amortização	2016			2015
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Sistema de compensação por imagem	20%	229.934	(229.934)	-	229.934
Projeto renovação de infraestrutura	33%	214.939	(65.676)	149.263	-
Projeto PSTI	-	256.311	-	256.311	-
Sistema educacional	33%	164.421	(109.614)	54.807	109.614
Marcas e patentes	-	7.516	-	7.516	7.516
Softwares	20%	2.251.508	(1.409.497)	842.011	900.735
		<b>3.124.629</b>	<b>(1.814.721)</b>	<b>1.309.908</b>	<b>1.247.799</b>

A movimentação do ativo intangível ocorrida no ano de 2016 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2016
Sistema de Compensação por Imagem	229.934	-	-	(229.934)	-
Projeto renovação de infraestrutura	-	214.939	-	(65.676)	149.263
Projeto PSTI	-	256.311	-	-	256.311
Sistema Educacional	109.615	-	-	(54.808)	54.807
Marcas e Patentes	7.516	-	-	-	7.516
Softwares	900.734	1.370.233	-	(1.428.956)	842.011
	<b>1.247.799</b>	<b>1.841.483</b>	-	<b>(1.779.374)</b>	<b>1.309.908</b>

## 8. Encargos sociais a recolher

	2016	2015
INSS a recolher	196.590	312.804
FGTS a recolher	70.063	65.991
PIS sobre folha	6.259	5.767
Outros	955	-
	<b>273.867</b>	<b>384.562</b>

## 9. Outras obrigações

	2016	2015
Adiantamentos de inscrições em cursos	55.539	57.852
Valores a repassar	-	24.514
Contas a pagar	5.526	11.632
Provisão PLR empregados – convenção coletiva	282.289	295.364
Outros valores a pagar	-	9.025
	<b>343.354</b>	<b>398.387</b>

**10. Provisão para contingências**

A Associação é ré em processos judiciais de natureza trabalhista em andamento, para os quais a Administração constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas nos desfechos dos processos, no montante de R\$ 2.110.151 (R\$ 2.251.115 em 2015), fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, os quais apresentaram as probabilidades de êxito em cada processo. Foi considerado na quantificação destes montantes, adicionalmente, o histórico de perdas e a assunção de responsabilidade em futuras demandas advindas de funcionários de empresas terceirizadas, contratadas pela Associação para execução de determinados serviços. Os depósitos judiciais efetuados sobre os processos em discussão, no montante de R\$ 422.792 (R\$ 553.072 em 2015) estão contabilizados no ativo não circulante.

**11. Patrimônio Líquido**

Representa o acúmulo de superávit e déficit apurados anualmente.

A AGO/AGE realizada em 27 de abril de 2016 aprovou a constituição de Fundo de Reserva para Oscilação do Processamento da Compensação em até 15% dos serviços faturados no processamento de compensação para os exercícios de 2015 a 2017, com objetivo de manter o equilíbrio econômico e financeiro da Associação. Em conformidade com a deliberação daquela AGO/AGE, em abril de 2016 foi constituída a reserva referente às receitas do exercício de 2015 no valor de R\$ 3.737.169 para suprir eventual redução no faturamento da prestação de serviços de compensação. Como a redução do faturamento não ocorreu e o valor da reserva é considerado suficiente para suprir eventuais oscilações até o exercício de 2017, foi desnecessário constituir reserva sobre as receitas do exercício de 2016.

\* \* \*